



O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

Andréa Jamaica Alves Mesquita ¹

RESUMO

O presente artigo busca entender de que forma as várias etapas do desenvolvimento da educação infantil que ocorre em sua mais ampla essência, buscando entender desde os primeiros estudos sobre infância até os dias de hoje. Que mudanças significativas ocorreram, entre leis, pensamentos, ações etc. Trazendo reflexões para compreender o contexto histórico-social e cultural no qual se construiu e consolidou o atendimento às crianças pequenas. Essas reflexões propostas sugerem uma maior compreensão do que se é designado para a questão educacional para efetivada para atender a infância. Principalmente a infância pobre, onde a burguesia tinha um outro tratamento e para as crianças pobres o principal foco era o higienismo. Buscando também trazer uma reflexão da importância da educação infantil respeitando a infância.

Palavras-chave: Desenvolvimento, Infantil, Educação, Crianças, Qualidade.

INTRODUÇÃO

Com base na ciência e na tecnologia no final do século XIX, as mudanças socioeconômicas e culturais na Europa, trazendo uma visão de nação civilizada construída pelas mãos dos trabalhadores, jovens e crianças. Trazendo para o Brasil a efervescência de idéias pedagógicas modernas vindas de países ditos primeiro mundo, fizeram que médicos, juristas, intelectuais e religiosos voltassem seus olhares sobre a infância brasileira, principalmente sobre a infância pobre. Abrindo espaço para um foco de atenção:

A infância, em dado momento histórico, revela-se como um problema social, cuja solução parecia fundamental para o país. O significado social da infância circunscrevia-se na perspectiva de moldá-la de acordo com o projeto que conduziria o Brasil ao seu ideal de nação (UJIIE e PIETROBON, 2008, p.291).

Com o interesse de proteger a infância surgiu a criação de várias associações e instituições.

¹ jamaicalobo@hotmail.com, pedagoga pela Universidade Paulista, especializada em neuropsicopedagogia institucional e clínica, gestão escolar e coordenação pedagógica pela faculdade Faveni, especializada em educação especial e inclusiva pela faculdade São Luís, discente do curso de Letras da Univesp e professora da Educação Infantil do município de Araras-SP ;



Com a não participação do Estado na implantação e funcionamento inicial das instituições de atendimento infantil permite, por um longo período, que este seja realizado por entidades de natureza filantrópica, privadas e religiosas.

Tendo uma grande influência da assistência científica nesse processo, o objetivo de racionalizar a assistência à criança, médicos e dirigentes das instituições concebidas para este fim, buscavam na ciência a solução para o “problema da infância”.

METODOLOGIA

Mas o que seria a educação infantil no Brasil?

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica que abrange a creche e a pré-escola para crianças de 0 a 5 anos de idade. Sendo algo recente a educação infantil no Brasil passou por várias etapas, por vários entendimentos. Mas não se pode falar em educação infantil sem saber no que se baseia a infância no decorrer dos anos.

A infância entre vários aspectos nos propõe uma abordagem de quanto significativa e importante essa etapa da vida é. Como ao longo dos anos foi vista, como as crianças não tinham distinção entre os adultos. E nem mesmo os sentimentos eram diferenciados. E por ser minha área profissional a educação infantil com olhar mais aprofundado para a infância me propôs tentar entender como a desigualdade na infância ainda é muito persistente em todos os seus aspectos.

Sendo a Infância, o período do desenvolvimento do ser humano que vai do nascimento ao início da adolescência, uma categoria social, de tipo geracional, e um grupo social de sujeitos ativos, que interpretam e agem no mundo. Nessa ação estruturam e estabelecem padrões culturais.

Sabe-se que na idade média não existia uma diferença acentuada entre sentimentos de infância, onde o autor Philippe Ariés denomina.

Ariés afirmou que na idade média as crianças e adultos quase não se diferenciavam. Passando a ter diferenças na idade moderna.

Três teóricos abordam que o indivíduo se explica em meio à sociedade.

Watson: Behaviorista, diz que o homem é plenamente adaptável.

Piaget: Construtivismo, diz que todo homem é sujeito da ação sobre o meio. O desenvolvimento da criança é que proporciona seu aprendizado.

Freud: Psicanálise. Diz que todo indivíduo é resultado da síntese de três fatores: o id (nosso subconsciente), o ego (nossa consciência) e o superego (valores culturais).

Já Damazio (1991) relata que a criança passa por limitações impostas pelos adultos que impedem de ser o que realmente são. A criança precisa ser respeitada começando quando reconhecemos sua autonomia.

“Toda nossa prática vai no sentido de transformar a criança no adulto, e, pior, no adulto que já somos (Damazio, 1991, p. 24-6).”



O autor Philippe ressalta em seu livro *História Social da Criança e da Família* que na idade média era enraizado na sociedade tradicional a mortalidade infantil, sem que não tivesse lugar para sentimentos profundos. Sendo a criança vista como um pequeno adulto com vestimenta igual, tradições e brincadeiras. Era mantida numa vida quase vegetativa. A criança não tinha referência de família onde a socialização não era garantida e não se encontrava função afetiva, mesmo o afeto existindo. Muitas dessas funções ficava a cargo de vizinhos, comunidade, amigos e empregados, sendo o trabalho que socializava a criança.

Áries ainda aponta uma grande mudança acelerando-se a partir de 1760, que descobria-se a “especificidade” da criança no seio familiar. Surgindo o amor materno valorizado, a desaceleração do número de filhos para que se pudesse dar importância a vida de um dos filhos. As crianças começaram a ser enxergadas como um ser importante que necessitava de proteção e educação. Deu-se início a uma revolução sentimental, onde mais e mais se chorava a morte de uma criança, o que antes de fato não tinha relevância.

Uma nova concepção sobre criança surgiu separando a vida de adulto e a infância, pequeno e grande.

Mas qual a idade que se vive a infância? Para Piaget a visão de criança vista na perspectiva da temporalidade, aparece com a etapa primeira do desenvolvimento psicológico que é superada em fases posteriores. Sendo esse conceito onde Piaget afirma que as estruturas cognitivas e afetivas da criança e afetivas do adulto são qualitativamente diferentes, ressaltado ainda duas infâncias. A primeira de 0 a 4 anos e a segunda infância de 5 a 11 anos.

Na primeira infância a criança não reconhece a razão moral, ou seja, as crianças pequenas não reconhecem as normas no sentido de que algo deve ser evitado ou realizado segundo os preceitos de lei. É a fase de “anomia”. Ou seja, nessa fase as crianças respeitam as ordens pelo temor do castigo e não porque entendem a lei.

Já na segunda infância as crianças reconhecem as leis sendo uma fonte que são elaboradas por alguém de extrema importância e soberano. E nesse aspecto proceder moralmente com correção significa obedecer a esse outrem superior. Sendo próprio das crianças agirem dessas duas fases, anomia e heteronomia, acontecendo aí uma relação com os adultos mediante a coação, onde a criança enxerga o adulto como um ser superior, tornando-se relações verticais prevalecendo o medo e a obediência.

A partir do século XVIII quando a criança começou a ser reconhecida por suas particularidades o conceito de infância foi se caracterizando de uma forma diferente. Mas a infância de uma forma mais ampla são várias. Modificando-se de criança para criança sob diversos fatores. Exemplo: a infância no campo é mais curta do que a infância na cidade onde a criança urbana não precisa sair mais cedo para ajudar os pais no trabalho, sendo todas crianças mas com infâncias diferentes.

As diferenças nas infâncias são observadas desde a idade média e perpetuam infelizmente até os dias de hoje.

Na educação aspectos importantes foram evoluindo e segundo Piaget a sua escola formulou 4 estágios pelos quais a criança caminha. Sendo o primeiro de 0 a 2 anos onde os reflexos são mais significativos, pois através dos reflexos que elas conseguem prazer ou



vantagem, antecedendo a linguagem quando o bebê cria a percepção de si e da realidade ao redor.

No segundo estágio o estágio pré-operacional, que acontece dos 2 anos aos 7 anos, caracterizando pela admiração linguística e representação do mundo por símbolos. Marcado pelo egocentrismo.

Já no terceiro estágio dos 7 aos 12 anos, onde a ideia de entender objetos/realidade ao redor por similaridades e diferenças, dominando a ideia de números e do próprio tempo.

Por tanto, a concepção de infância em tempos atuais as crianças são consideradas seres sociais, culturais, econômicas ou até mesmo político. Começando aí uma visão romaneada da infância visto como um momento repleto de encanto e ludicidade, com outras propriedades inexistentes em determinados contextos sociais.

Gagnebin (1997, p.86) diz que a palavra infância não diz respeito instantânea a uma faixa etária, e sim aos anos iniciais de sua vida, caracterizada por incapacidade e carência de fala.

Já Sarmiento (2005.pa.308) propõe a palavra infância um sentimento negativo, quando se caracteriza a infância como idade não falante. Sendo ainda de entendimento do mesmo autor que a infância significa uma classe social de uma respectiva geração e criança é o indivíduo que participa dessa classe, tornando-se o ator social da classe pertencente.

Nesse sentido podemos considerar a infância uma classe psicobiologia e sócio histórica, podendo mudar com o tempo e com as diferentes contextos sociais, econômicos, geográficos e peculiaridades individuais. Nesse contexto as crianças de hoje não são iguais às dos passados e muito menos serão as mesmas que virão nos próximos anos.

Mesmo após a nova visão sobre criança, a infância ligada ao conceito de aprendizagem e escolaridade foi um processo extremamente lento.

As primeiras instituições de atendimento à infância surgiram na França no final do século XVIII em 1769, com a criação da escola de principiantes ou escola de tricô, criada por Frederick Oberlin, a instituição tinha por objetivo atender crianças pobres e/ou órfãs e também filhos de operários, que ficavam nas ruas, enquanto os pais trabalhavam. As atividades nas escola de tricotar, era: aulas de canto, matemática, ciências e as crianças menores brincavam e as maiores aprendiam tricô e costura. E mesmo sendo de caráter assistencialista a creche apresentava uma perspectiva pedagógica, propondo atividades educativas e formadoras de hábitos e atitudes.

No decorrer da primeira metade do século XIX surgem outras instituições de atendimento à infância, sendo as mais difundidas os jardins de infância de Frobel e as salas de asilo, chamadas posteriormente de escolas maternais.

No início dos anos 30 as mulheres que trabalhavam fora passaram a lutar por locais onde pudessem, deixar seus filhos durante o horário de trabalho.

Mediante essas necessidades de atendimento assistencialista para a criança e sua família, surgem as instituições pré-escolares no Brasil.



Até 1984 só havia a casa dos expostos ou ~~roda~~ para atendimento à criança abandonada. Em 1970 com o avanço dos conhecimentos sobre micro-organismos e doenças, difundiram-se medidas de prevenção de doenças, o que favoreceu o combate à mortalidade infantil.

Ganhando um destaque importante nas discussões sobre a criança, os médicos higienistas discutiam os projetos para construção de escolas, implantação dos serviços de inspeção médico-escolar e apresentaram sugestões para todos os ramos de ensino. Em especial com relação à educação primária infantil.

As escolas maternais surgiram na França em 1848 com o objetivo da época era substituir o termo sala de asilo e alterar a proposta de atendimento as crianças pobres. Apesar da proposta de alteração tanto no nome quanto no atendimento não se aplicou.

A primeira escola maternal brasileira e criada em São Paulo em 1908, com objetivo de atender os filhos dos operários.

Como a educação sempre foi para burguesia, as crianças da elite seriam educadas em instituições chamadas de jardins de infância consideradas o símbolo do progresso e civilização na Europa.

Criada em 1840 na Alemanha por Frederico Guilherme Froebel se fez referência ao jardineiro que cuida da planta desde de pequenina para que ela cresça bem, uma vez que os primeiros anos da criança são fundamentais para o seu desenvolvimento.

Segundo Kuhmann Jr. (2010, p.81) o termo pedagógico era uma estratégia de propaganda para atrair as famílias abastadas, sendo o jardim de infância para os ricos e não poderia ser confundido com os asilos e creches para os pobres.

No Brasil em 1875 é fundado o primeiro jardim de infância no Rio de Janeiro. O jardim de infância do colégio Menezes Vieira, uma instituição particular de atendimento às crianças da elite carioca. Já em 1877 em São Paulo, foi fundada a escola americana, sendo o primeiro jardim de infância do estado também voltado para elite paulista.

Os primeiros jardins de infância brasileiros estavam voltados na concepção frobeliana contribuindo para a implantação do primeiro jardim de infância público do Brasil.

Com influência de diversos países na implantação das instituições de atendimento á criança no Brasil, tinha a metodologia inovadora pautada no desenvolvimento integral da criança. E as instituições destinadas aos filhos dos ricos, tinham a preocupação de educar de uma forma geral.

Contudo, o abismo entre o tratamento e visão sobre infância dos filhos dos ricos e filhos de pobres é algo historicamente marcado pelas diferenças.

Algo que perpetuou ao longo dos anos, mesmo com o avanço e com as novas leis que garantam que a criança possa ter uma infância protegida, com direito a moradia, alimentação e educação, é notório que ainda os privilégios da burguesia prevaleça em algumas determinadas regiões do país. Por exemplo: uma criança que nasce no sertão nordestino, onde a seca prevalece, sua infância será mais curta pois começaram a trabalhar mais cedo, ou seja, diferente de uma criança que more na zona urbana onde dificilmente irá perder parte de sua infância trabalhando.



Em 1979, Ano Internacional da Criança, a Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas, por iniciativa da Polônia, começou a elaborar um documento para uma nova declaração.

Ao longo de dez anos, e após inúmeros esforços entre Estados, organizações e outras instituições, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou, por unanimidade, a Convenção sobre os Direitos da Criança, sendo obrigado apenas para os países que assinaram o acordo, como o caso do Brasil.

E com 54 artigos, estabelece direitos sociais, culturais, civis e políticos para todas as crianças e adolescentes retratando o direito à vida, sobrevivência digna, à infância e à adolescência, ao futuro, à dignidade, ao respeito, à liberdade e tantos outros. Assim como define as responsabilidades da família, estado e sociedade.

No entanto a dificuldade é muito grande em determinadas regiões para que as leis se apliquem. Como por exemplo, o número de crianças nas escolas. Nas zonas rurais os números são alarmantes e crescentes. Pois a desigualdade social é o fator principal para que a educação não chegue de forma correta e com equidade para todas as crianças.

No Brasil por exemplo, as concepções de educação infantil no âmbito escolar, difundem-se numa perspectiva da mesma linguagem. No entanto, as diferenças são extremamente grandes, podendo até mesmo ter diferenças dentro de um mesmo município.

Após a constituição federal de 1988, a educação infantil no Brasil que muitas vezes era concebida como assistência e amparo, passou a ser direito do cidadão e dever do estado, em resposta aos movimentos sociais e direitos da criança. Sendo assim a proteção integral às crianças deve ser assegurada, com absoluta prioridade, pela família, pela sociedade e pelo poder público. Segundo a lei, o dever do Estado com a educação das crianças de 0 a 6 anos de idade. A inclusão da creche no capítulo da educação explicita a função eminentemente educativa desta, da qual é parte intrínseca a função do cuidar.

No ano de 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB mostrou a importância da educação infantil.

Política nacional de educação infantil, o PNEI (2006), junto com o MEC realizou uma série de encontros, formações, seminários para discutir com gestores municipais e estaduais de educação, questões sobre políticas para a educação infantil. Após isso o ministério da educação coordenou e elaborou o documento de Política Nacional de Educação Infantil, definindo como principal objetivo para a área a expansão da oferta de vagas para a criança de 0 a 6 anos.

Mas em 2009, a obrigatoriedade da criança na escola, começa a partir dos 4 anos de idade. Mudando as etapas da educação infantil. As normas foram estabelecidas pela Lei nº 12.796, novo documento ajusta a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) à Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, que torna obrigatória a oferta gratuita de educação básica a partir dos 4 anos de idade.

Estabelecendo que a educação infantil a lei Lei nº 12.796/2013, contempla crianças de 4 e 5 anos na pré-escola.

Em 2018 as escolas de todo Brasil se uniram para discutir um documento o qual seria a base para todo o país, a Base Curricular Comum, para o ensino médio professores, gestores e



técnicos da educação criaram comitês de debate e preencheram um formulário online, sugerindo melhorias para o documento.

Já em 6 de março de 2018 vários educadores do Brasil inteiro se intensificaram os estudos na parte homologada da BNCC, correspondente às etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental, com o objetivo de compreender sua implementação e impactos na educação básica brasileira.

Mas o que a BNCC propõe para a educação infantil?

Baseando-se em leis anteriores, a BNCC vem propor para a educação infantil que a interações e brincadeiras, devem assegurar seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento na educação infantil, possibilitando que as crianças possam desenvolver capacidades para desempenhar um papel ativo na resolução de problemas construindo significados consigo e com os outros. Sendo esses: eles: Conviver, Brincar, Participar, Explorar, Expressar e Conhecer-se, direitos fundamentais para a criança ter um bom desenvolvimento na infância.

O direito de brincar é o mais importante, pois o brincar na infância é o ponto de partida para qualquer aprendizado, e na educação infantil é na brincadeira que as crianças fixam o aprendizado do que se quer passar. O lúdico representa nessa faixa etária. Neves (apud FERREIRA; SILVA RESCHKE [s/d], p.6), afirma que o lúdico é de suma importância, pois apresenta valores específicos em todo decorrer da vida humana. Sendo que educação infantil é essencialmente de caráter pedagógico. Sendo uma metodologia pedagógica que prioriza o brincar para ensinar, sem cobranças trazendo para aprendizagem o prazer em aprender de forma significativa e de qualidade, proporcionando o desenvolvimento físico e mental.

A ludicidade, tão importante para a saúde mental do ser humano é um espaço que merece a atenção dos pais e educadores, pois é o espaço para expressão mais genuína do ser, é o espaço e o direito de toda a criança para o exercício da relação afetiva com o mundo, com as pessoas e com os objetos (FERREIRA; SILVA RESCHKE [s/d], p.6)

E que mudou para a educação infantil após a BNCC?

Sendo as praticas pedagógicas que se baseiam em princípios e critérios norteados pelo atendimento às Diretrizes Nacionais Curriculares assim como o projeto político pedagógico de cada instituição, muitos professoras ainda desconhecem esses documentos e planejam de forma aleatória, sendo essa pratica discutida por vários pesquisadores.

Segundo Oliveira (2012, p.44) “muitas vezes, os professores tomam decisões isoladamente, agindo intuitivamente, ou conforme o costume sem pensar que existem princípios e bons critérios para apoiar essa tarefa”. Isto significativa dizer que para planejar o trabalho na educação infantil é importante conhecer a proposta para a Educação Infantil, tendo em vista as crianças, o grupo em que vive e seus interesses.

Existindo dois eixos norteadores para a educação infantil para o planejamento do currículo, que seria a interação e a brincadeira. E baseando-se nessa lei, a BNCC não descarta esses eixos, pelo contrário, reforça que a criança precisa ser o protagonista do seu aprendizado por campos de experiência, entendendo que ela aprende por meio da experiência vivida no ambiente escolar.



Detalhando os seis direitos que a BNCC contempla para a educação infantil ela estabelece esses direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças de 0 a 6 anos incompletos, por meio das vivências dos campos de experiências: o eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; escuta, fala, pensamento e imaginação; espaço, tempo, quantidades, relações e transformações, os quais indicam as experiências fundamentais para que a criança aprenda e se desenvolva.

O papel do professor é fundamental para o planejamento da aula focando no objetivo final. Uma aula bem planejada e flexível na educação infantil, leva o professor a ter mais domínio sobre a aula e deixar que o aluno traga seu protagonismo para a sala, trazendo a possibilidade da criança poder refletir sobre as situações construindo noções de aprendizagens e noções de problemas que terá no seu dia a dia. Segundo (LIBÂNEO, 1994, p. 221), “o planejamento escolar é uma tarefa docente que inclui tanto a previsão das atividades didáticas em termos de organização e coordenação em face dos objetivos propostos, quanto a sua revisão e adequação no decorrer do processo de ensino”.

Por isso, a educação infantil é a etapa mais importante da educação, pois nela, o indivíduo está nos primeiros passos de seu desenvolvimento cognitivo, emocional, social, e muitos acontecimentos nessa fase, bons ou ruins desempenham papel fundamental na fase adulta.

Ainda nos dias de hoje a educação infantil no Brasil, é confundida apenas como assistencialismo. Sendo a escola a etapa de convívio social mais importante, pois a criança tem acesso a esse convívio além do âmbito familiar, aprendendo desde cedo a se relacionar e viver em sociedade, e assim desenvolvendo habilidades para o desenvolvimento humano e também capacidade cognitiva e motora.

Levando em consideração, o fator socioeconômico, a educação infantil de um mesmo município pode ter desníveis consideravelmente alarmantes. Baseado num pensamento retrógrado, a educação infantil ainda percorre caminhos para que seja de fato reconhecida com sua grande importância,

A metodologia do artigo deverá apresentar os caminhos metodológicos e uso de ferramentas, técnicas de pesquisa e de instrumentos para coleta de dados, informar, quando for pertinente, sobre a aprovação em comissões de ética ou equivalente, e, sobre o direito de uso de imagens.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na presente pesquisa podemos perceber o quanto a educação infantil no Brasil foi tardia, a concepção de que a criança é um indivíduo que precisa de formação completa para que se desenvolva, ao longo dos anos e apesar de passos lentos continua ainda moldando uma educação com a perspectiva de que a infância é a fase mais importante para o desenvolvimento saudável para se tornar adulto.



No âmbito escolar ainda se pode ver diferenças entre regiões, estados etc. Ou até mesmo na mesma cidade, podemos encontrar significativas diferenças no ensino, e nas metodologias dos professores quando se trata em aprendizados na educação infantil. Porém apesar de ser recente, a educação infantil no Brasil vem tomando sua devida importância e as políticas públicas cada vez mais vem tomando um olhar mais crítico, empático e científico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo em determinado momento a infância sendo um problema social, concluiu-se que em muitos aspectos a educação infantil teve um avanço significativo, e que as perspectivas para o futuro sejam bem promissoras, uma vez que as políticas públicas estão mais atentas para essa área. E com o surgimento da BNCC espera-se diminuir as diferenças existentes na educação infantil nas regiões e até na mesma cidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos amigos que sempre me apoiaram em minhas pesquisas, acreditam que posso contribuir de forma significativa em busca de uma educação de qualidade que não exclua ninguém. Agradeço ainda à minha amiga Madelene que faz todas as revisões de meus artigos fazendo cada pesquisa ser única. Meu muito obrigada!

REFERÊNCIAS

ÀRIES, Philippe. História social da criança e da família. 2.ed.LCT, 1978. BRASIL, Brasília, DF, Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação LIBÂNIO**, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994. **Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**/Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998, volume: 1 e 2.

DAMAZIO, Reinaldo Luiz. **O que é criança**: Brasiliense, 1991.

FERREIRA, Juliana de Freitas; SILVA Juliana Aguirre da ; RESCHKE, Maria Janine Dalpiaz. A importância do lúdico no processo de aprendizagem. Disponível em:



<https://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/a-importancia-ludico-na-educacao-infantil.htm> Acesso em: 29 de julho de 2022.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Infância e pensamento. IN: GHIRALDELLI, Paulo J.R.(org). **Infância escola e modernidade**. São Paulo: Cortez; Curitiba: Editora da Iniversidade Federal do Paraná, 1997.

KUHLMANN JR, Moysés. Infância e educação infantil: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil. Brasília, MEC/ SEB, 2006. 1v. CAMPOS, Maria Malta; ROSEMBERG, Fúlvia; FERREIRA, Isabel M. Creches e pré-escolas no Brasil. 2.ed. São

OLIVEIRA, Vera Barros de (org), **O brincar e a criança do nascimento aos 6 anos**. Petrópolis, RJ: Vozes 2000.

SARMENTO, Manoel Jacinto. **Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância**. Educação & Sociedade. Campinas, v. 26, n. 91, 2005, p. 308.

UJIE, Nájela Tavares; PIETROBON, Sandra Regina Gardacho. **O movimento a favor da infância no Brasil**. Cadernos do CEOM – Memória, História e Educação. Chapecó, SC, ano 21, n. 28, 2008. Disponível em: < [22042019215206.pdf \(unifafibe.com.br\)](#) > Acesso em: 25 Ago. 2022.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.